

Renegociação da dívida externa

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Renegociação global da dívida externa, urgente e drástica redução das taxas de juros e reforma tributária são algumas das medidas inadiáveis pedidas pelos empresários ontem, no relatório final do III Congresso Nacional das Associações Comerciais.

O documento das associações comerciais afirma ser tempo de restaurar a unidade de propósitos governamental, "liberando a sociedade dos sobressaltos provocados pelas indefinições e reconciliando as expectativas". Sem isto, diz o documento, o Governo não logrará credibilidade perante a Nação".

"É tempo de atitudes que restabeleçam a confiança de todos — empresários, trabalhadores, donas-de-casa, profissionais liberais e estudantes — nas medidas a serem adotadas, para não tornar inviáveis a recuperação econômica e a grande obra política do Governo, que é a abertura democrática" — diz o documento.

O relatório final realça a necessidade de o Presidente da República, a exemplo do que fez no plano político, assumir a coordenação efetiva da política econômica, introduzindo as correções necessárias com o menor custo social possível. Ou se contém a expansão estatal ou o Brasil caminhará para o capitalismo de Estado".

MEDIDAS INADIÁVEIS

O relatório final, assinado por todos os presidentes de associações comerciais estaduais, manifesta confiança e certeza de que o Presidente da República promoverá, "com serenidade e a energia necessária", a correção dos desequilíbrios. Pede, ainda, a ampliação do processo de abertura e a liberação de espaços para que todos os segmentos da sociedade pos-

sam atuar e colaborar. Os líderes empresariais, dizem, também, confiar na adoção das seguintes medidas inadiáveis:

1 Renegociação global da dívida externa em termos compatíveis com a realidade brasileira.

2 Reordenação da economia no campo interno, através de ampla e imediata revisão de prioridades e da realocação de recursos em atividades intensivas em mão-de-obra e insu-
mos nacionais, de modo a permitir que, simultaneamente com o objetivo de equilibrar as contas externas, possa o País sustentar um mínimo de crescimento que torne o seu esforço socialmente menos doloroso e economicamente mais eficiente.

3 Redução do déficit público através de corte dos gastos de custeio e controle rígido das despesas e programas das empresas estatais através do Congresso Nacional.

4 Drástica e urgente redução nas taxas de juros para desestimular a especulação financeira estéril e promover a retomada do crescimento da economia, invertendo o processo de desemprego, reduzindo-o a níveis suportáveis e assegurando oportunidades de trabalho aos brasileiros.

5 Reforma tributária compatível com uma nova estrutura federativa e com o efetivo equilíbrio na distribuição da renda entre as pessoas e as regiões geográficas.

Finalmente, o relatório alerta que essas são as condições mínimas para que "a Nação volte a confiar plenamente em suas lideranças, retomando o caminho do desenvolvimento econômico e social". "É tempo — diz o documento — de evitar o desespero e a convulsão social; é tempo e hora de exigir a abertura econômica e retomar o desenvolvimento".